



1 Às nove horas do dia dezesseis de junho de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**; presentes os Conselheiros, **JOSÉ**
4 **CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**;
5 Ausências justificadas dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES e CEZAR COLARES**; presença da
6 Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA**
7 **CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
8 em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte.
9 Convocado o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA** para apresentar proposta de Decisão,
10 nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em sequência,
11 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:
12 **Processo nº 1270012001-00; Prefeitura Municipal de Trairão; Prestação de Contas –**
13 **2001; Responsável: Ademar Baú; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
14 **Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 0 33.146,**
15 **de 13.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
16 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das
17 contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
18 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão
19 de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria**: com aplicação de
20 multas (Resolução nº 12.542). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira
21 Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 1370012013-00;**
22 **Prefeitura Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2013 - Contas de Governo;**
23 **Responsáveis: Wildson Araújo de Melo, Olenilson Augusto Pinheiro Serrão, Francisco de Oliveira**
24 **Besteiro e Elivan Campos Faustino; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
25 **Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Advogado: Roberio Abdon**
26 **de Oliveira (OAB nº 7698); Publicado no DOE nº 0 33.146, de 13.06.2016.** Cumprindo
27 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
28 se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas de responsabilidade dos Sr's,
29 Wildson Araújo de Melo e Olenilson Augusto Pinheiro Serrão; e pela emissão de parecer prévio
30 pela regularidade, com ressalvas, das contas de responsabilidade dos Sr's, Francisco de Oliveira
31 Besteiro e Elivan Campos Faustino. Presença do Procurador do Ordenador em Plenário, Dr.
32 Robério Abdon D' Oliveira, OAB – 76.698, que fez uso da palavra nos termos do Art. 190 do
33 Regimento Interno do TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
34 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
35 pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas de todos os Ordenadores (Resolução
36 nº 12.543). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do
37 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1370012013-00; Prefeitura Municipal de**
38 **Marituba; Prestação de Contas – 2013 – Contas de Gestão;** Responsáveis: Wildson Araújo



39 de Melo, Olenilson Augusto Pinheiro Serrão, Francisco de Oliveira Besteiro e Elivan Campos
40 Faustino; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da
41 Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Advogado: Roberio Abdon de Oliveira (OAB nº 7698);
42 **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
43 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas de
44 responsabilidade dos Sr's, Olenilson Augusto Pinheiro Serrão e Elivan Campos Faustino; e pela
45 irregularidade das contas de responsabilidade dos Sr's, Wildson Araújo de Melo e Francisco de
46 Oliveira Besteiro, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
47 Presença do Procurador do Ordenador em Plenário, Dr. Robério Abdon D' Oliveira, OAB – 76.698,
48 que fez uso da palavra nos termos do Art. 190 do Regimento Interno do TCM/Pa. A matéria foi
49 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
50 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas de todos os
51 Ordenadores (Acórdão nº 29.140). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião
52 da votação do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 890012013-00; Prefeitura**
53 **Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas – 2013 – Contas de**
54 **Governo;** Responsável: Sidney Moreira de Souza; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:
55 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no**
56 **DOE nº 33.146, de 13.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
57 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela
58 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
59 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
60 emissão de parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução nº 12.544). Presidência do
61 Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
62 **Processo nº 890012013-00; Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins;**
63 **Prestação de Contas – 2013 – Contas de Gestão;** Responsável: Sidney Moreira de Souza;
64 Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
65 Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.**
66 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
67 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
68 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
69 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de
70 multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.141).
71 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 1410012008-00; Prefeitura Municipal**
72 **de Quatipuru; Tomada de Contas – 2008 – Contas de Governo;** Responsável: Luiz
73 Guilherme Alves Dias; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina
74 Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.**
75 Retirado de Pauta. **Processo nº 1410012008-00; Prefeitura Municipal de Quatipuru;**
76 **Tomada de Contas – 2008 – Contas de Gestão;** Responsável: Luiz Guilherme Alves Dias;



77 Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
78 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.** Retirado de Pauta.
79 **Processo nº 1260022002-00; Câmara Municipal de Terra Santa; Prestação de Contas**
80 **– 2002;** Responsável: Iduilson Cavalcante Anequino; Instrução: Elaine Zahluth Bastos; Ministério
81 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar
82 proposta de decisão: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa (Redistribuído do
83 Gabinete do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.**
84 Retirado de Pauta. **Processo nº 140102009-00; Secretaria Municipal de Economia de**
85 **Belém; Prestação de Contas – 2009;** Responsável: João Amaral Lima da Costa Filho;
86 Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora:
87 Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.** Retirado de Pauta.
88 **Processo nº 693982013-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Pará;**
89 **Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Darlan Wagner Ferreira Nascimento; Instrução: 3ª
90 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara
91 Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
92 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
93 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A
94 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das
95 contas (Acórdão nº 29.142). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da
96 votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1342182010-00; Fundo Municipal de**
97 **Assistência Social de Canaã do Carajás; Prestação de Contas – 2010;** Responsável: Inez
98 Pereira de Brito Santos; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
99 Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto José
100 Alexandre Cunha (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no**
101 **DOE nº 33.146, de 13.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1342332011-00; Fundo**
102 **Municipal de Educação de Canaã dos Carajás; Prestação de Contas – 2011;**
103 Responsável: Patricia Aparecida de Carvalho; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:
104 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão:
105 Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José
106 Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.** Cumprindo dispositivo
107 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
108 irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto
109 apresentou sua proposta de decisão, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou
110 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com
111 recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
112 Estadual (Acórdão nº 29.143). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº**
113 **201509723-00; Prefeitura Municipal de Bragança; Recurso Ordinário** contra a decisão
114 do Acórdão nº 26.510, de 31.03.2015; Responsável: Edson Luis Oliveira; Instrução: 5ª



115 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel
116 Lavareda; Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016. Cumprindo dispositivo regimental, o
117 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
118 provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão recorrida pela regularidade das contas,
119 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
120 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e
121 provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão recorrida pela regularidade das contas,
122 com ressalvas (Acórdão nº 29.144). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº**
123 **201509722-00; Prefeitura Municipal de Bragança; Recurso Ordinário** contra a decisão
124 da Resolução nº 11.825, de 31.03.2015 (**Contas de Governo**); Responsável: Edson Luis
125 Oliveira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
126 Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.**
127 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
128 manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada
129 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo conhecimento e provimento do*
130 *Recurso, com a modificação da decisão pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas*". **Em**
131 **votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo divergiu do Relator e votou pela negativa de
132 provimento do Recurso. Os Conselheiros, Mara Lúcia e Antônio José Guimarães, acompanharam o
133 Relator, na íntegra. O Conselheiro Sérgio Leão pediu VISTA dos autos. Presidência do Conselheiro
134 Sérgio Leão. **Processo nº 201602776-00; Fundo Municipal de Saúde de Curuçá; Recurso**
135 **Inominado** contra decisão do Acórdão nº 19.617/2010; Responsável: Raimundo Oliveira
136 Almeida; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
137 Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/Contador: Samia Hamoy Guerreiro (OAB nº 20.176)
138 **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
139 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento
140 parcial do Recurso, com a reforma da decisão pela regularidade das contas, permanecendo as
141 multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**:
142 "*conheço do presente Recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão contida no*
143 *Acórdão nº 19.617/2010, desta feita pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde*
144 *de Curuçá, exercício financeiro de 2003, que esteve sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Oliveira de*
145 *Almeida, ora recorrente, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-*
146 *1.528.984,53, pelas despesas ordenadas*". **Em votação**: os Conselheiros, José Carlos Araújo e
147 Antônio José Guimarães, acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda
148 pediu VISTA dos autos. A Conselheira Mara Lúcia aguardará o retorno do processo para
149 manifestação. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201512516-00;**
150 **Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá; Consulta - 2016; Interessado: Francisco**
151 **das Chagas Sá; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Publicado no DOE nº 33.146, de**
152 **13.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do



153 Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou
154 sua resposta à Consulta para deliberação Plenária. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
155 Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a resposta à Consulta apresentada (Resolução nº
156 12.545). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do
157 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201601137-00; Prefeitura Municipal de**
158 **Anajás; Pedido de Revisão** (exame de Admissibilidade Recursal); Responsável: Edson da Silva
159 Barros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.146, de 13.06.2016.**
160 Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** - apreciação do Regimento Interno da
161 Corregedoria. O Conselheiro Sérgio Leão pediu a palavra e informou que o Conselheiro José
162 Carlos Araújo solicitou que a apreciação do Regimento Interno da Corregedoria fosse feita na
163 próxima terça-feira. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra e informou que não estará
164 presente na próxima terça-feira, e solicitou que ficasse consignado em Ata sua manifestação pela
165 aprovação do Regimento Interno da Corregedoria. Por fim, o Conselheiro Sérgio Leão comunicou
166 que distribuirá aos Gabinetes dos Conselheiros a minuta do TAG, conforme acertado em Reunião
167 Administrativa. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
168 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e vinte
169 minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios
170 do Estado do Pará, em dezesseis de junho de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão